

POR UMA ABORDAGEM "CRÍTICO-GEOPOLÍTICA"
DO COTIDIANO DA GRANDE CIDADE -
UM NOVO OLHAR SOBRE O ATIVISMO DE BAIRRO

Marcelo José Lopes de Souza*

ABSTRACT

Neighborhood activisms - considered as expressions of dissatisfaction engendered by the urban crisis and, occasionally as forms of opposition to "politicians' politics" - pose a series of important questions to us. How can one overcome the massification of urban space? Is it possible to think of a society that is at the same time just and capitalistic in its spaciality? In spite of their present weaknesses, is it possible to view them as nuclei of mobilization, of creativeness and of organization of a future decentralized society? Live and contradictory, neighborhood activisms are undoubtedly important today. From a practical point of view, however, they will only be able to develop their political potentiality if they are capable of surpassing the neighborhood scale, joining efforts with broader social movements.

INTRODUÇÃO

Este é um artigo-convite. Seu objetivo é convidar à leitura da dissertação de Mestrado "O que pode o ativismo de bairro? (Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista)", aprovada em agosto de 1988 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Trata-se, essa dissertação, de um estudo polêmico, como talvez já surgiram título e subtítulo. Não tentarei, aqui, propriamente resumir-lo; seria uma temeridade pretender condensar em meia dúzia ou pouco mais páginas, ambiciosa análise originalmente vazada em quase duzentas e cinquenta. Limitar-me-ei a chamar a atenção para o espírito da investigação, para suas mo-

*Pesquisador da UFRJ - Professor da PUC-RJ

tivações, seus questionamentos e suas inquietações. A conclusão maior da dissertação, que sumariamente adiantarei ao final do presente escrito, visa, por sua quem sabe irritante simplicidade, apenas provocar o interesse pelo processo de reflexão e crítica que tive de trilhar até chegar a ela.

"MAS, ISTO É GEOGRAFIA?"

A polêmica começa já com a própria transgressão de normas disciplinares, por muitos e muitos ainda zeladas. "Mas, isto é mesmo um trabalho de Geografia?", indagaram alguns e indagarão decerto ainda outros tantos. Não, respondo de pronto, se por Geografia se entender uma "ciência dos lugares e não dos homens", como recomendou La Blache - e como, a despeito das aparências, mesmo hoje endossa a maioria esmagadora dos geógrafos. Mas não é, tampouco, uma investigação sociológica, considerando que tipicamente vem a Sociologia valorizando de maneira insuficiente a dimensão espacial da Sociedade concreta - dimensão cara à compreensão de qualquer fato social e, particularmente, de manifestações que, a exemplo do ativismo de bairro, têm no espaço social mais que um suporte material: um referencial organizativo, simbólico e afetivo. Trata-se, pois, "O que pode o ativismo de bairro?" de um estudo transdisciplinar, ou, na sugestiva expressão de Massimo Quaini, adisciplinar, que procurou mobilizar todos os recursos analítico-conceituais necessários, todas as dimensões imprescindíveis à elucidação do papel e do significado do fato social ativismo de bairro.

QUASE PERPLEXIDADE

A investigação foi concebida sob motivação de uma quase perplexidade. Deparava-me, de um lado, com a emergência maciça dos ativismos de bairro a partir dos anos 60/70, no Primeiro Mundo e também no Terceiro - ativismos às vezes explosivos -, detonada no seio de uma sociedade em processo de transformação complexa e profunda (industrialismo/pós-industrialismo; modernidade/pós-modernidade; urbanização e industrialização crescentes em certas realidades terceiromundistas; crise das organizações e ideários das esquerdas tradicionais); de outro lado, constatava a irritante pobreza da literatura sociológica especializada

no estudo do ativismo de bairro (normalmente tratados sob a rubrica "movimentos sociais urbanos"), literatura essa na maioria das vezes política e filosoficamente estreita, comumente empirista e, quando muito, lastreada em teorizações remissivas a visões políticas e filosóficas extremamente questionáveis e mesmo desgastadas (pensamento eurocomunista, althusserianismo, neoculturalismo). Ao debruçar-me sobre a questão "o que pode o ativismo de bairro?" - especificação da questão "o que podem os movimentos sociais contemporâneos face as recentes transformações das sociedades capitalistas, mutações essas que parecem, ao lado da crise do marxismo, enterrar o projeto revolucionário?" - topei com duas espécies numericamente dominantes de autores: primeiramente os "filósofos sociais e políticos" (Castoriadis, Guattari, Touraine, Gorz e outros), contribuindo com pistas teórico-filosóficas gerais e valiosos macropensamentos, mas não oferecendo reflexões de detalhe e análises empíricas específicas sobre o urbano, o bairro ou o ativismo de bairro; e, contrastando com eles, que formam fauna variada, a não menos variada fauna dos estudiosos empíricos especializados, em regra pouco abertos a novas interrogações políticas e filosóficas (porque aferidos a um marxismo de contornos ortodoxos) ou, pior talvez, descaracterizados em termos de perfil analítico (autores influenciados pelos teóricos eurocomunistas - que são especialmente o Castells das primeiras obras e Jean Lojkin - , mas limitados em seu senso-crítico, em seu ferrão político e em sua capacidade de elaboração teórica).

Desenvolvendo já há algum tempo uma reflexão crítica sobre a contemporaneidade e sobre o pensamento e as práticas marxistas, com base principalmente na obra de Cornelius Castoriadis, e voltado também para um projeto de conhecimento aprofundado da crise "urbana" e de seus aspectos/reflexos econômicos, políticos e culturais, percebi a necessidade de se examinar a questão particular da natureza do ativismo de bairro através do prisma de visões político-filosóficas e teorizações originais. Noutras palavras, verifiquei a importância de se buscar novas respostas para a discussão sobre o significado e o alcance políticos do ativismo de bairro, discussão ameaçada de prematura saturação por conta dos empirismos e mesmices teóricas; verifiquei, em suma, a imprescindibilidade de se trazer para esta are

na específica polêmicas e inquietações gerais a propósito dos limites do marxismo, da complexidade e da novidade do mundo contemporâneo, etc.

Foi assim que encetei o trabalho, o qual concebi como um trabalho-ponte: dentre outras tantas pontes que tentei construir, a fim de superar dicotomias e parcialismos, quero destacar aqui o próprio objetivo da investigação de ser uma ponte entre a reflexão ora possível, que procurei levar tão longe quanto me era dado realizar, e a reflexão e a práxis necessárias, tarefa evidentemente não de um ou de poucos, mas de muitos, para a qual o ambicioso estudo não tem outra pretensão que a de servir de incentivador.

DO BAIRRO SEM CONFLITOS AOS CONFLITOS SEM BAIRRO

Uma das dicotomias enfrentadas, responsável inclusive por (impertinentes) perguntas do tipo "mas isto é mesmo um trabalho de Geografia?", é aquela que divide as reflexões sobre o bairro das análises do conflito urbano, conflito social manifestado no bairro.

Em termos simples, as reflexões sobre o bairro praticamente se reduzem à órbita de influência do culturalismo, seja o clássico (de um Raymond Ledrut) ou o neoculturalismo (de um Michel Maffesoli). O culturalismo, que se manifestou na Geografia através de análises espaciais acríticas e amiúde empiristas, mas que tem na Sociologia seu "nicho ecológico" por excelência, nos oferece uma imagem da grande cidade onde problemas como a massificação, a pasteurização cultural e o "stress" (comportamento "blasé", neurose urbana) dos cidadãos são pouco (ou nada, ou misticamente) conectados às contradições econômico-materiais e à realidade dos conflitos políticos fundamentais. Estamos, logo, diante de um "bairro sem conflitos", de um bairro edulcorado (ou de um bairro onde os conflitos são reduzidos e mistificados culturalisticamente, não sendo, assim, mais os conflitos reais em sua plenitude).

Contraposta a esse culturalismo temos a plethora de autores sob influência do pensamento marxista, massa heterogênea em razão de diferenças de coerência político-ideológica e de

profundidade. Para esses autores os conflitos urbanos são expressões da luta de classes (ou, numa visão emasculada típica de epígonos empiristas dos teóricos eurocomunistas, da "luta pela cidadania", pela "democratização do Estado"), aparecendo então o bairro aos seus olhos, por conta de economicismos e fobia por tudo que lembre fetichização do Espaço, ou simplesmente na esteira de uma subestimação da espacialidade interior a um horizonte teórico bastante estreito, como um mero referencial geográfico, um topônimo, ou pouco mais que isto. Negligencia-se, assim, por coerência ortodoxa ou por tacanhez, o papel do Espaço - do bairro - enquanto referencial simbólico, enquanto catalisador de afetividade ("bairrofilia", afeição pelo bairro) e enquanto materialidade que precisa, ela mesma, ser revolucionada, a par de uma crítica da tecnologia capitalista (tarefa de que vem se desincumbindo, dentre outros, Cornelius Castoriadis). É, pois, o domínio dos "conflitos sem bairro".

Exceções a este quadro existem, mas são poucas e parciais. Um Henri Lefebvre, por exemplo, pensou o cotidiano urbano ao mesmo tempo com espírito crítico e sensibilidade. Todavia, sua reflexão filosófica não se interrogou especificamente sobre a historicidade, a constituição e o papel do ativismo de bairro, e quanto ao bairro sua análise não se deteve em pormenorizações (pormenorizações importantes quando é o ativismo de bairro o centro das atenções, o que entretanto, conforme disse, não é o caso de Lefebvre). Manuel Castells, por seu turno, rejeitou o economicismo (e o próprio marxismo) em sua fase mais recente, abrindo-se de modo hospitaleiro para os temas da cultura e da espacialidade. Sua orientação, no entanto, politicamente emasculada (um revoltismo estéril e anti-revolucionário), faz com que a dimensão de conflituosidade criticamente latente em muitos ativismos de bairro seja suavizada ou reduzida, numa espécie de "peleguismo acadêmico".

CLÁSSICA PERGUNTA: QUE FAZER?

É minha convicção que, em se tratando do ativismo de bairro, o Espaço - o recorte bairro - e a cultura nele impressa e por ele simbolizada em grande parte devem ser analiticamente integrados com as (com a crítica das) relações sociais econômi

cas e políticas. A cidade é o cadinho complexo de contradições que se traduzem, quando percebidas enquanto tal, por conflitos ideológicos e políticos. A grande cidade é uma materialidade opressora, a serviço de uma instituição social opressora: o "stress", a massificação e a "alienação" cultural não podem ser apartados, nem analítica nem politicamente, da alienação econômica, da exploração de classe e da opressão política. Longe, as sim, qualquer fetichização do Espaço ou valorização acrítica da cultura, das subjetividades e do cotidiano. Entretanto, a cidade é, de certo modo, uma abstração, no que concerne à dimensão econômico-política objetiva das contradições que incorpora, da mesma maneira que é abstrata a objetividade, para a experiência humana concreta, separada da subjetividade. Aqueles que lutam por melhor qualidade de vida no local de moradia lutam por conforto material, por equipamentos de consumo coletivo, mas lutam igualmente pelo algo mais que dá pleno sentido a essa luta: humanização da cidade, do bairro, da rua. É todo um modelo civilizatório que está, ainda que no mais das vezes implicitamente, sendo posto em xeque - a tecnologia, a espacialidade, o poder e a cultura em sentido profundo, e não apenas "quem controla o Estado" ou "quem dirige a fábrica".

Cabe, diante disso, rever as possibilidades de contri**u**ição do pensamento "crítico" dominante - o marxista -, na tentativa de detalhar e ultrapassar os seus limites. Limites, creio, de várias ordens, todas interligadas: um limite imediatamente político (burocracia, estatismo: manutenção do Estado, embora transformado? Mas a heteronomia institucionalizada é o próprio de qualquer "Estado"?; organização partidária? Mas o próprio de qualquer organização partidária, e o "centralismo democrático" leninista não é exceção, não é a heterônoma separação entre dirigentes e executantes?); um limite ético-filosófico-pedagógico (quem detém o monopólio da verdade? Apenas os teóricos do "socialismo científico"?); e, por fim, um limite temático-teórico (se o proletariado é a classe revolucionária, e se o que importa é a análise da esfera da produção e a tomada do poder de Estado, qual o lugar teórico e político da cultura, da reprodução, do cotidiano e das outras classes não-dominantes que são, hoje, muito superiores numericamente ao "proletariado" em sentido clássico? Como valorizar as questões ecológica, tecnológica

e urbana se a tecnologia e a espacialidade capitalistas foram insuficiente ou ambigüamente criticadas por Marx?).

Minha conclusão final acerca das limitações e potencialidades do ativismo de bairro, laconicamente poderia ser assim enunciada: o ativismo pode, e de certo modo ele é, em termos de positividade face um projeto de mudança social mais ampla; e ele pode - ele é - porque traz a luta, porque manifesta a indignação, porque simboliza o inconformismo. E onde existem contradições, e onde tais contradições são problematizadas e dão origem à revolta, há sempre a possibilidade de que a consciência se aprofunde, de que aquilo que é luta de bairro passe a ser a partir do bairro, ou a partir também do bairro. No entanto, para que os ativismos, que não raramente manifestam a recusa em reproduzir a heteronomia da "política dos políticos", para que esses ativismos possam ser mais, para que eles possam elevar-se acima das conjunturas e superar fraquezas e contradições, não há milagre que substitua a articulação. Articulação entre ativismos de bairros diferentes e, mais amplamente, articulação entre diversos ativismos sociais; trocas de experiências e luta e de questionamento, conjugações de esforços.

Se o teórico imaginar por um só instante que de seu cérebro poderá sair uma resposta definitiva para a pergunta "o que pode o ativismo de bairro?", a pergunta então me soará indecorosa. Porque somente a práxis porá em marcha a resposta, que há de vir - assim espero, assim esperamos - de uma ação social eficaz no sentido de tornar o ativismo de bairro algo mais, no sentido de arrancá-lo das suas presentes limitações e ambigüidades (corporativismos, bairrismos, suscetibilidade face os aparelhamentos partidários e face as ideologias dominantes). No entanto, é possível e necessário começar a responder, ou indicar os defeitos das respostas teóricas e práticas que aos nossos olhos se apresentam. E é precisamente esse esforço que o leitor interessado poderá encontrar na dissertação para cuja leitura o presente escrito se pretende um convite.

Por fim, uma constatação: a questão do ativismo é inseparável da questão da organização. Mas, que organização se poderá advogar, consoante um prisma autonomista? Naturalmente, uma organização não-burocrática, não-"partidária"; uma organização programaticamente aberta e organizacionalmente libertária,

que promova sem o recurso a constrangimentos a referida e imprescindível articulação.

Um desafio prático, pois; e um desafio gigantesco. E, também, indescolável de outro desafio, teórico: o de refletir sobre as articulações, sobre a possibilidade contemporânea de tais articulações. Numa época de minimalismos analíticos, de pós-modernidade fragmentadora, é preciso ter a coragem de pensar estrategicamente, e juntar, com cautela e sem dogmatismo, as peças do quebra-cabeça que é o mundo contemporâneo. Escreveu certa feita um geopolítico, a repetir o que dissera o grego Arquiloco: a raposa sabe muitas coisas, mas o porco-espinho sabe uma grande coisa. Metáfora que encerra o profundo reconhecimento da importância do pensamento sintético, da visão estratégica, para o exercício do poder - seja ele o poder de dominar, seja o antipoder que almeja desmontar o poder do "statu quo" e fazer cessar a dominação institucionalizada. Sejamos, nós, geopolíticos, trazendo o Espaço para o nosso lado das barricadas ao incorporá-lo consistentemente à análise das formas de resistência às opressões contemporâneas. Façamos uma "pequena grande Geopolítica", uma Geopolítica que, crítica das relações sociais e da organização territorial vigentes sob o capitalismo moderno, ofereça, insurgindo-se contra suas origens, os balizamentos necessários à reflexão sobre as possibilidades de uma nova sociedade e de uma nova territorialidade.